

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**PABLO D'AVILA VAQUEIRO**

***SPREAD* BANCÁRIO NO  
BRASIL-O DEBATE BANCO CENTRAL E FEBRABAN**

**Porto Alegre  
2012**

**PABLO D'AVILA VAQUEIRO**

***SPREAD* BANCÁRIO NO  
BRASIL-O DEBATE BANCO CENTRAL E FEBRABAN**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lima

**Porto Alegre  
2012**

**PABLO D'AVILA VAQUEIRO**

***SPREAD BANCÁRIO NO  
BRASIL-O DEBATE BANCO CENTRAL E FEBRABAN***

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2012.

---

Prof. Dr. Antonio Lima – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Cássio Calvette  
UFRGS

---

Prof. Nelson Seixas dos Santos  
UFRGS

## RESUMO

No Brasil, o debate sobre a rentabilidade bancária tem ganhado destaque na sociedade, sob o argumento de serem muito elevados. Diante disso, vários estudos têm avaliado a composição do *spread* a fim de se entender os fatores que justificam lucros recordes das instituições bancárias brasileiras nos últimos anos. Este estudo tem como objetivo apresentar a atual discussão sobre o *spread* bancário brasileiro sob os pontos de vista do Banco Central do Brasil (BCB) e das instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional, representadas pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Onde de um lado a Federação bancária alega que para que haja redução do *spread*, é necessária a diminuição de seus custos das operações de crédito, dentre eles: a tributação (impostos sobre operações de crédito sobre o lucro das instituições financeiras), além do aumento das garantias disponibilizadas pelos tomadores para mitigação de riscos de crédito. Do outro o Banco Central afirma que o país possui todas as condições necessárias para que os bancos brasileiros deixem de apresentar as maiores taxas de *spread* do mundo.

**Palavras-chave:** *Spread*. Bancos Brasileiros. Lucros Altos.

## ABSTRACT

In Brazil, the debate on bank profitability has gained prominence in society, based on the very high margins. Therefore, several studies have evaluated the composition of the *spread* in order to understand the factors that justify record profits of banks in Brazil. This study aims to present the current discussion about the Brazilian banking *spread* in the views of the Central Bank of Brazil (BCB) and of the financial institutions of the financial system, represented by the Brazilian Federation of Banks (Febraban). Where on one side to the Federation argues that, for any reduction of the *spread*, it is necessary to decrease their costs, including: taxation (tax credit transactions on profit financial institutions), in addition to increasing the guarantees provided by borrowers to mitigate the credit risk. On the other side Central Bank says the country has all the conditions necessary for Brazilian banks start decreasing the highest rates of profit in the world.

Keywords: *Spread*. Brazilian Banks. High profits

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>CONCEITO</b> .....	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>COMPOSIÇÃO DO SPREAD</b> .....	<b>10</b>
3.1	DECOMPOSIÇÃO CONTÁBIL .....	10
3.2	EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DO SPREAD NOS BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS .....	12
3.3	DETERMINANTES DO SPREAD NO BRASIL .....	14
<b>4</b>	<b>HISTÓRICO DO SPREAD A PARTIR DE 1994</b> .....	<b>18</b>
<b>5</b>	<b>MEDIDAS PARA REDUÇÃO DO SPREAD</b> .....	<b>26</b>
<b>6</b>	<b>O DEBATE</b> .....	<b>31</b>
6.1	POSIÇÃO DA FEBRABAN .....	35
<b>6.1.1</b>	<b>Política bancária</b> .....	<b>38</b>
<b>6.1.2</b>	<b>Tributação excessiva</b> .....	<b>38</b>
6.2	POSIÇÃO DO BANCO CENTRAL.....	41
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo apresentar a atual discussão sobre o *spread* bancário brasileiro sob os pontos de vista do Banco Central do Brasil (BCB) e das instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional, representadas pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Mostrando os principais argumentos apresentados pelo órgão regulador e pela federação que, em sua análise, justificam os altos níveis do *spread* no Brasil.

Além desta introdução, serão apresentadas ao leitor seis seções. Estas têm por objetivo sumarizar o *spread* bancário e analisar os fatores que lhe são determinantes. A fim de esclarecer as abordagens utilizadas pelo BCB e FEBRABAN ao justificar o *spread* de seus altos níveis praticados atualmente, em comparação com diversas outras economias.

Outro motivo que justifica o aumento do interesse social pelo assunto é a falta de conhecimento por parte de relevante parcela dos tomadores de crédito no país no que se refere a *spread* bancário. Na segunda seção, será apresentado o conceito de *spread* bancário, com o objetivo de auxiliar o leitor na compreensão dos argumentos utilizados no debate aqui exposto. Os conceitos disponibilizados por diversos autores em estudos sobre o *spread*. Com intuito de demonstrar a definição do ponto de vista de especialistas do mercado financeiro.

No presente trabalho, será demonstrada, na terceira seção, composição do *spread* bancário (no Brasil), e a evolução destes em período recente. Com propósito de analisar os motivos para o comportamento do *spread* no Brasil. Será demonstrada a composição contábil do *spread*, buscando explicá-lo através de dados ex-post, baseados em resultados já ocorridos. Nesta seção, as diferenças entre a decomposição do *spread* bancário em bancos públicos e privados serão apresentadas. Agregado a isso, será discutida, a determinação de variáveis econômicas que determinantes para o *spread* ex-ante. O nível de risco da economia, a taxa de crescimento e taxa básica de juros. Serão analisadas as relações entre estas variáveis e seus efeitos sobre o *spread* bancário.

Na seção seguinte, o histórico desde a implantação do Plano Real (momento em que o governo passou a dar maior visibilidade à questão) até o período pós crise de 2008 será abordado. As medidas tomadas pelo governo desde o período

apresentado no histórico serão debatidas na quinta seção. Na seção seis, será abordado o debate entre o governo e instituições financeiras, e de tal forma a serem apresentados os principais argumentos de ambos os lados. Serão analisados estudos realizados pela FEBRABAN, onde a federação analisa pelo ponto de vista dos bancos os motivos para o alto *spread* na economia (altos custos das operações de crédito). E os argumentos do Banco Central, que demonstra as medidas que vem sendo tomadas para diminuição do *spread* no Brasil. Na conclusão do presente trabalho será apresentado um levantamento geral do debate comparando os argumentos e analisando os efeitos das medidas do BCB no histórico do *spread* brasileiro. Confrontando a evolução dos fatores que compõe o *spread* com a análise da FEBRABAN.



## 2 CONCEITO

Campello (2012) afirma que a palavra *spread* é uma expressão inglesa que faz referencia a expansão. Após ser estabelecido o regime cambial e o sistema de metas para inflação, o BCB iniciou estudos sobre os fatores que determinam o *spread* bancário na economia. A definição apresentada em Oliveira (2012) de *spread* bancário é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao investidor para que, diante dos demais bancos, escolha aquele para depositar seus recursos e o quanto o mesmo banco cobra para emprestar o dinheiro.

Conforme simplificado pelo Afonso (2009) trata-se da diferença entre a taxa de captação de recursos e a taxa de juros cobrados pelas instituições financeiras. O órgão regulador destaca que o *spread* trata-se de apenas um componente do custo total de um empréstimo, que também é composto pelo custo de captação do recurso. Quando um banco empresta um recurso a um agente com necessidade de financiamento, ele cobra uma taxa de juros por este recurso. Esta que certamente será maior do que a taxa paga para captação deste recurso. A diferença entre essas taxas é que forma o *spread* bancário.

No que se refere aos custos de captação, em BCB (2009) estes são apresentados como, de forma aproximada, pelo custo dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). Estes certificados que por sua vez têm sua remuneração baseada na trajetória esperada da taxa básica da economia, a taxa Selic. A tabela 1 mostra a evolução do *spread*, da taxa de aplicação e da taxa de captação da economia brasileira entre os anos de 2004 e 2010.

Tabela 1 – Evolução dos fatores que compõem a taxa de Juros

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de Aplicação	53,11	53,33	47,31	40,18	52,91	40,32	39,7
Taxa de Captação	17,55	16,93	12,55	11,78	12,93	10,51	11,83
Spread Total	35,56	36,4	34,76	28,4	39,98	29,81	27,87

Fonte BCB (2011), elaborado pelo autor

Uma classificação trivial do *spread* tem como parâmetro a segregação da origem da informação utilizada para o seu cálculo. Como pode ser visto em Leal

(2007), o que tem seu cálculo efetuado a partir das decisões de precificação das taxas de captação e empréstimos, por parte das instituições bancárias e reflete as suas expectativas em relação à demanda, à inadimplência, à concorrência, entre outras variáveis trata-se do *spreadex-ante*. Quando tem-se o seu cálculo apurado em função das receitas efetivamente geradas pelas operações de crédito e dos custos de captação dos recursos empregados, traduzindo o resultado da intermediação financeira refere-se ao *spreadex-post*. Para examinar-se o *spread* através de dados ex-post, utiliza-se resultados efetivamente já ocorridos através de uma decomposição contábil.

De acordo com BCB (2011), o *spread* bancário que decorre da diferença entre o valor pago pela aplicação e a de captação, pode ser entendido como instrumento de mensuração da eficiência do sistema bancário no que tange operações de crédito. De tal forma que este é influenciado por uma série de variáveis tais como qualidade do crédito do emissor, condições de mercado, liquidez da emissão além da demanda pelo crédito.

### 3 COMPOSIÇÃO DO SPREAD

A remuneração dos bancos é composta pela diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos. No que tange os custos administrativos tem-se os regulatórios estabelecidos pelo banco central, os fiscais decorrentes da incidência de diversos impostos sobre a intermediação financeira, e os relativos à inadimplência.

O entendimento pleno dos fatores que compõe o *spread* se faz de extrema importância para o entendimento dos argumentos da Febraban e do Banco Central para justificar os motivos dos seus atuais níveis. Conforme o BACEN (2009) o *spread* pode ser decomposto em cinco partes:

#### 3.1 DECOMPOSIÇÃO CONTÁBIL

a) custo administrativo: Refere-se aos custos com os insumos utilizados pela indústria bancária: capital físico, trabalho, recursos operacionais e depósitos. Observa-se que a apropriação desses custos não é algo trivial, os bancos oferecem diferentes serviços, e dependendo da forma com que os custos são alocados para cada atividade terá influência na decomposição do *spread*.

b) inadimplência: Equivale a 20% da PDD (Previsão para Devedores Duvidosos), calculadas de acordo com o regulamento estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo Fernandes (2010), a taxa de inadimplência é um importante medidor da economia, utilizada pelas instituições para medir a solidez do sistema financeiro e prever o risco de crédito. Ela se faz diretamente proporcional a exposição ao risco das transações financeiras o que explica por que em alguns momentos da economia brasileira em que se esperava alguma instabilidade houve o aumento do *spread*. Como por exemplo em 1998, em que junto com a crise mexicana, houveram registros de altas do *spread* bancário brasileiro. Como agentes, os bancos tendem a aumentar o *spread* visualizando problemas de inadimplência no futuro relacionado a algum fator externo. Considerando que o cálculo do *spread* é baseado na inadimplência passada é provável que haja incoerência

no resultado obtido, o que afetará na participação da parcela Erros e Omissões.

c) custo do compulsório: Trata-se de recolhimentos obrigatórios disponibilizados ao Banco Central pelas instituições financeiras, recolhimentos estes que se fazem um percentual determinado pelo, órgão regulador, sobre recursos captados pelas instituições financeiras. Os bancos consideram como custo de oportunidade das instituições financeiras por ter de aplicar parte do depósito à vista e parte a prazo no Banco Central, ao invés de aplicar estes recursos através de empréstimos que seriam mais rentáveis. Dessa forma, quanto maior for o compulsório cobrado pelo banco central, maior será o custo de oportunidade, ou seja, maior será o *spread*. Analisando pela lógica da oferta e demanda pode se pensar que quanto mais elevadas forem as alíquotas de compulsório exigidas pelo Banco Central menor será a oferta de crédito.

d) tributos e Taxas de juros do SCR: O Banco Central utiliza-se do conceito de Custo Efetivo Total (CET) em suas estatísticas divulgadas, não englobando eventuais tributos e custos administrativos adicionais. Segundo Santos (2008), CET é o custo total que o cliente pagará ao contratar um empréstimo. Podendo este variar em função do prazo, do valor do empréstimo, da tarifa de cadastro, dos tributos, serviços contratados com terceiros, entre outros. Incluem-se nesta parcela tributos diretos como PIS, COFINS e ISS, além do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda. De acordo com a FEBRABAN (2009) os principais impostos que incidem direta ou indiretamente nas operações de crédito são: IOF, 1,88%; COFINS, 3%; PIS, 0,65%; CSLL, 15% e IR 25%. Tem-se aqui uma parcela importante do *spread* bancário. Como observado em Troster (2003), trata-se de umas das principais causas do alto nível do *spread* bancário no Brasil Atualmente.

Erros e Omissões: Aqui se tem a diferença entre o *spread* total cobrado pelas instituições e a soma dos itens anteriores. Pode indicar a margem adquirida pelas instituições e são incluídos fatores como erros de mensuração. Segundo o Afonso (2009), aqui tem-se a soma de três fatores do *spread*: lucro competitivo, ou remuneração direta dos bancos em uma hipótese de mercado

com concorrência perfeita, a renda econômica decorrente do poder de mercado da instituição; e um prêmio pelo risco incorrido, risco de crédito das operações e risco de descasamento de prazos entre ativos e passivos (dada a habitual diferença de prazos entre depósitos e empréstimos).

No que se refere à inadimplência e a custos administrativos, é importante notar os efeitos indiretos via subsídios cruzados sobre o *spread*, causados pelos custos administrativos e inadimplência do crédito rural e imobiliário. A inadimplência é responsável por uma perda de cerca de 60% das receitas do crédito rural. Sendo que os 40% restantes não são suficientes para cobertura das despesas administrativas. Todavia, representantes do Banco do Brasil e da FEBRABAN afirmaram publicamente que operações de crédito direcionado, assim como o imobiliário, não são deficitárias. Dado que os bancos não são obrigados a fazê-los, trata-se de um resultado esperado.

### 3.2 EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DO SPREAD NOS BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS

A evolução dos componentes que formam o spread bancário brasileiro, pode ser demonstrar como se comporta o spread no Brasil. Pode-se, inclusive, observar diferenças entre o spread de bancos públicos e bancos privados, o que denota as diferentes funções destes na economia. Conforme o relatório de Economia Bancária e Crédito de 2009, no caso dos bancos públicos, a inadimplência tem sido o principal fator da decomposição do *spread* bancário nos últimos anos, absorvendo em torno de 40%. Destaca-se, inclusive, o fato desta ser maior até mesmo do que a Margem Bruta, Erros e Omissões. Este último item vinha de uma tendência de queda até o ano de 2008, quando se tem o destaque negativo com o drástico aumento deste em consequência da crise internacional. Como pode ser visto na Tabela 2, no ano subsequente à crise observa-se uma redução dos custos que justifica a maior competitividade dos bancos públicos em relação aos privados no período.

Tabela 2 - Decomposição do *spread* bancário prefixado - Bancos públicos

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
A - Taxa de Aplicação	55,65	57,55	48,81	40,19	49,71	44,11	34,12
B - Taxa de Captação	16,02	16,01	12,14	11,46	12,71	9,89	13,01
1 - Spreaf Total	39,64	41,54	36,66	28,73	37,00	34,22	21,11
2 - Custo Administrativo	9,33	9,01	8,14	7,49	5,18	5,71	3,22
3 - Inadimplência	13,76	14,00	12,87	10,96	12,59	11,63	5,97
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	4,12	4,26	3,44	3,13	2,72	2,38	1,15
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	12,43	14,27	12,22	7,15	16,52	14,49	10,76
6 - Impostos Diretos	4,24	4,86	4,16	2,34	6,61	5,80	4,31
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	8,19	9,41	8,06	4,72	9,91	8,69	6,46

Fonte Depep(2011)

Conforme relatório de Economia e Crédito de 2010. Em relação aos bancos privados observa-se a alta participação da Margem bruta, Erros e Omissões, o que pode indicar que a redução dos custos está sendo realocada para as margens de erro, onde está o ganho dos bancos. A decomposição dos bancos privados tem comportamento que se assemelha à decomposição do total dos bancos. Na tabela 3 pode se destacar o crescimento da participação relativa do item “Margem Bruta, Erros e Omissões” (de 54,14% em 2009, para 57,03% 3m 2010). Na Tabela 4, verifica-se uma tendência de queda desta parcela do *spread* desde 2002 que dada a crise de 2008 sofreu uma reversão (25,9 p.p.), voltando a recuar em 2009 (15,1 p.p.), subindo novamente em 2010 (17,4 p.p.).

Tabela 3 -Decomposição do *spread* bancário prefixado - Bancos privados

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
1 - <i>Spread</i> Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	19,74	18,83	16,68	16,16	8,61	12,88	10,76
3 - Inadimplência	22,03	26,02	29,23	25,97	23,75	28,68	29,04
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	9,19	7,52	5,23	5,32	4,38	4,30	3,16
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	49,03	47,63	48,87	52,55	63,26	54,14	57,03
6 - Impostos Diretos	16,71	16,21	16,65	17,95	25,37	21,66	22,88
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	32,33	31,41	32,22	34,61	37,90	32,47	34,15

Fonte Depep(2011)

Tabela 4 -Decomposição do *spread* bancário prefixado - Bancos privados

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
A - Taxa de Aplicação	52,31	52,13	46,89	40,18	53,97	38,68	41,97
B - Taxa de Captação	17,82	17,14	12,64	11,85	12,99	10,71	11,46
1 - Spreaf Total	34,49	34,99	34,25	28,32	40,98	27,97	30,51
2 - Custo Administrativo	6,81	6,59	5,71	4,58	3,53	3,60	3,28
3 - Inadimplência	7,60	9,11	10,01	7,35	9,73	8,02	8,86
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,17	2,63	1,79	1,51	1,79	1,20	0,97
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	16,91	16,67	16,74	14,88	25,93	15,14	17,40
6 - Impostos Diretos	5,76	5,67	5,70	5,08	10,40	6,06	6,98
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	11,15	10,99	11,04	9,80	15,53	9,08	10,42

Fonte Depep(2011)

Tendo em vista os resultados apontados à respeito da decomposição dos *spread* para bancos públicos e privados, percebe-se a alta participação da inadimplência e da “margem bruta, erros e omissões no *spread*. Por tal, como será visto na seção5, o BCB entende que o aumento da eficiência do setor financeiro e a diminuição da inadimplência, devem ser alvos de ações tomados pelo órgão regulador no combate ao *spread* bancário.

### 3.3 DETERMINANTES DO SPREAD NO BRASIL

A avaliação de fatores que compõe o *spread* bancário brasileiro é importante para entender o seu comportamento. Atualmente no Brasil, o BCB avalia os determinantes do *spread* no Brasil, a partir de uma decomposição contábil. Todavia, por esta se tratar de uma avaliação ex-post, impede que sejam feitas inferências. Como exemplificado pelo Afonso (2009), se for dado que a 10% do *spread* corresponde a tributação direta e indireta, não se pode inferir que caso seja eliminada a carga tributária, que o *spread* bancário será reduzido em 10%. A elasticidade de oferta e demanda é que determinará o quanto da redução da carga tributária será repassada ao consumidor. Não se pode sequer descartar a possibilidade de que tal redução do *spread* bancário possa ter efeito nulo sobre o *spread*, ou até mesmo que

tal eliminação da carga tributária tenha efeito de redução maior do que os 10% (dado no exemplo) do *spread* bancário.

Como pode ser observado no histórico do *spread* bancário brasileiro, a conjuntura macroeconômica causa efeitos sobre o *spread* bancário. De tal forma que no período recente após o controle inflacionário (a partir de 1994 com a implantação do plano real), houve uma redução gradual do *spread* bancário, pois este dependia da confiança dos agentes econômicos no controle inflacionário por parte do governo brasileiro. Todavia, em períodos de crise, houve aumentos no *spread* bancário dado o aumento da incerteza na economia.

Estudos como Ichikava (2011), nos mostram que existe relação entre o nível de risco da economia e o *spread* bancário. Assim como demonstrado em Silva, Paula e Oreiro (2007), ao se constatar que apesar da queda da taxa de juros na economia brasileira a partir de 1999, o *spread* bancário ainda se manteve em patamares elevados em comparação aos *spreads* mundiais. Percebe-se que existe uma relação de *spread* com a instabilidade macroeconomia.

Como relatado pelo BCB (2009) existe uma relação inversamente proporcional entre o ambiente legal, no sentido de garantia do direito de propriedade e o *spread* bancário. De tal forma que ambientes legais, que se fazem ruins, estimulam a inadimplência e aumentam o risco da economia.

Variáveis como taxa de câmbio, inflação e crescimento do Produto da economia são fatores utilizados para medir o nível de risco econômico que, por sua vez, justifica a cobrança de *spread* mais elevado na economia, como forma de compensação de riscos. Afinal um contrato já pactuado por uma instituição financeira que se demonstre uma potencial fonte de lucros para, pode ser convertido para prejuízo no caso de uma eventual variação de juros na economia.

Economias que crescem mais rapidamente tendem a ser menos voláteis, causando maior segurança. Além disso, o crescimento econômico tem por consequência a diminuição da inadimplência e maior atração de capitais. Aumentando, assim, a oferta de crédito no país. Em uma economia em que há maior oferta de crédito há maior probabilidade de geração de ganhos de escala, com redução de custos. Logo, o crescimento econômico está associado a menores *spreads*.



Trivialmente se encontra comentários de analistas e da própria imprensa alegando que um dos fatores que influencia os altos *spreads* praticados na economia brasileira, também, aos baixos números de instituições financeiras na economia, que por conseqüência causa a baixa concorrência existente no setor. Conforme pode ser visto em Nikame(2003), trata-se de uma das possíveis evidências de que há problemas no setor bancário brasileiro. Segundo o autor, a baixa concorrência está relacionada a redução do números de instituições bancárias operando no país, por sua vez, evidenciado pelo aumento do índice de concentração bancária.

Tabela 4 - Concentração no setor bancário brasileiro, 1994-2003

ANO	NÚMERO DE BANCOS	ÍNDICE DE HERFINDAHL		
		Ativos	Crédito	Dépositos
1994	246	0,0706	0,0990	0,0858
1995	242	0,0678	0,1001	0,0991
1996	231	0,0674	0,0960	0,0952
1997	217	0,0676	0,1227	0,0934
1998	203	0,0786	0,1351	0,0931
1999	194	0,0744	0,1137	0,0986
2000	192	0,0687	0,0875	0,0902
2001	182	0,0630	0,0566	0,0891
2002	167	0,0692	0,0596	0,0884
2003*	164	0,0758	0,0691	0,0911

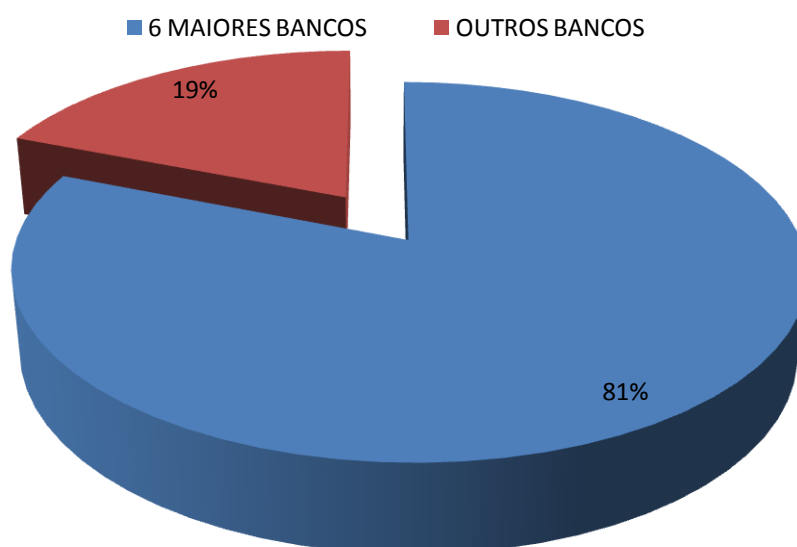
Fonte BCB(2003)

O número de instituições no país a partir de 1994 passou de 246 para 164 em, uma redução de 82 bancos como destacado na tabela 4. Redução esta causada pelo processo de consolidação do setor depois da crise bancária de 1995, houve vendas, fusões e aquisições de muitas instituições financeiras. Mais tarde, devido à implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), houve o aumento dos custos de operação e manutenção de carteiras comerciais. O que também corroborou para o movimento de redução de instituições bancárias no país.

O nível de concentração do setor bancário no Brasil permanece baixo atualmente. Corroborando com essa tendência de aumento da concentração bancária, a crise de 2008 causou um índice ainda maior de concentração bancária, uma vez que houveram fusões e aquisições de instituições bancárias no período. Em nota técnica, DIESE (2012) afirma que um dos causadores do alto preço do dinheiro no Brasil é conseqüência da estrutura oligopolista do setor bancário. Existem poucos

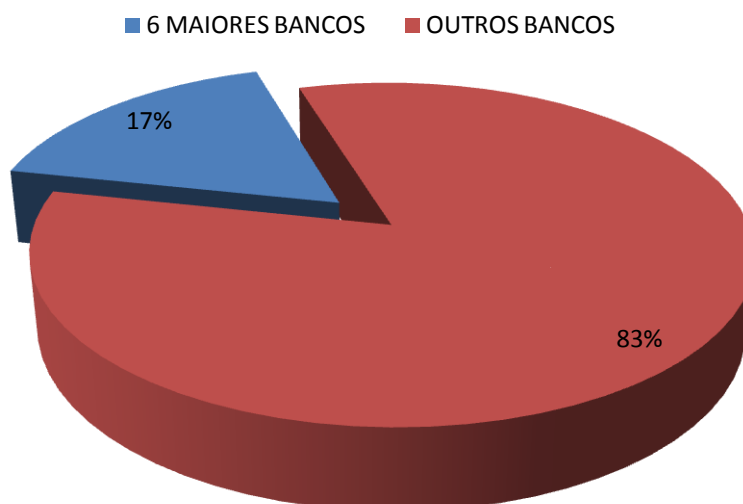
bancos controlando praticamente todo o mercado, o que lhes dá a capacidade de determinação dos juros e dos *spreads* cobrados nas operações de crédito e das tarifas bancárias. Conforme demonstrado no Gráfico 1, atualmente apenas as seis instituições financeiras que se fazem as mais atuantes no Brasil (Banco do Brasil, Itaú-Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander e HSBC) concentram mais de 80% dos ativos totais e das operações de crédito do sistema bancário brasileiro, vide Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Concentração do sistema bancário brasileiro em ativos totais - Brasil dezembro de 2011.



Fonte BCB (2012), Elaboração DIEESE

Gráfico 2 -Concentração do sistema bancário brasileiro operações de crédito e arrendamento mercantil - Brasil dezembro de 2011



Fonte BCB (2012), Elaboração DIEESE

Todavia, segundo o BCB (2009), é mais difícil detectar o impacto da concentração do sistema financeiro sobre o *spread*. Isso se deve ao fato de que assim como a maior concentração do setor, implica em maior oportunidade de abusos de poder econômico, e conseqüente, aumentos do *spread*, se houver ganhos de escala significativo, o custo pode cair.

O Banco Central, apesar da importância que denota a análise das variáveis que influenciam o *spread* bancário. Em BCB (2009), a instituição nos demonstra que apesar da relativa facilidade na detecção das relações qualitativas entre as variáveis, a detecção dos impactos quantitativos se faz mais controversa. Isso se deve pelo fato de que estes impactos são altamente sensíveis ao modelo de estimação escolhido para analisar tais relações. Para que se possa estimar tais impactos, é necessária a obtenção de agregados no nível de banco, de difícil obtenção. Atualmente há poucos artigos sobre o tema.

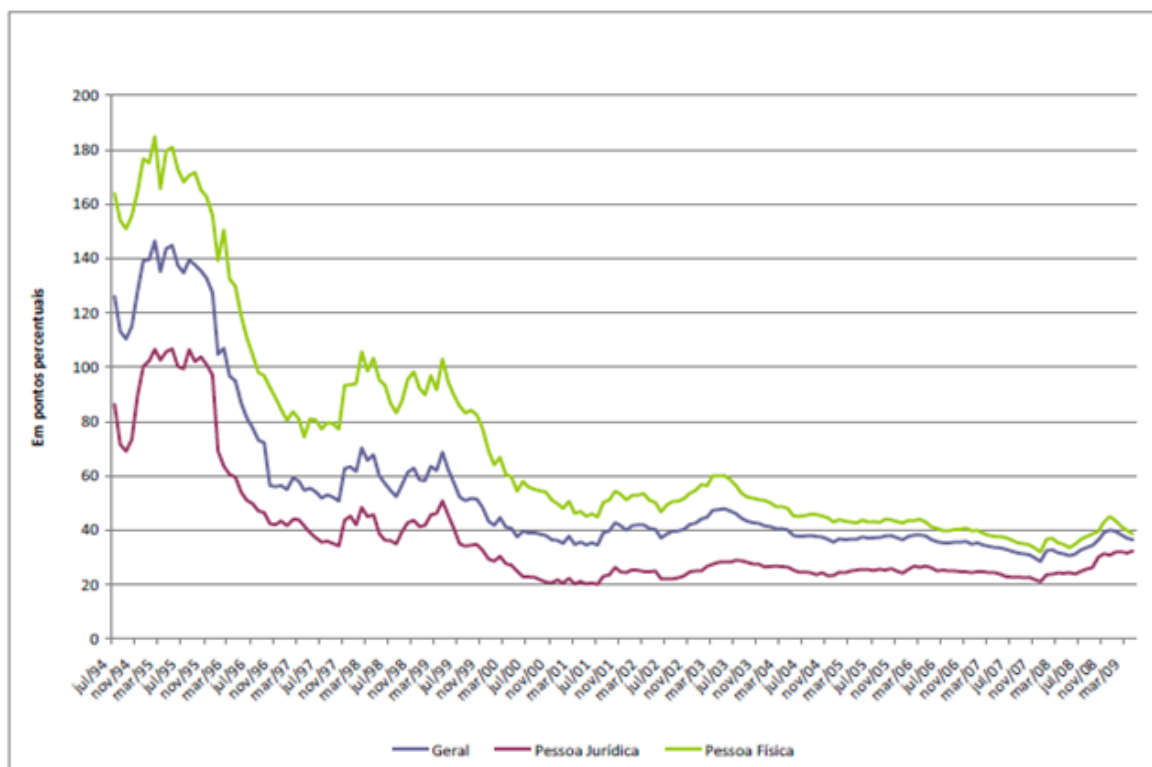
#### 4 HISTÓRICO DO SPREADA PARTIR DE 1994

Segundo o relatório “Avaliação de 3 anos do projeto Juros e *Spread* Bancário” de 2003, a partir do plano Real houveram profundas mudanças no sistema financeiro nacional devido a maior estabilização dos preços na economia. A queda da inflação acarretou o fim do *float* bancário e a maior dependência dos bancos de receitas provindas de crédito e tarifas. Em um ambiente inflacionário, isso pode ser explicado pela disputa dos bancos por depósitos, através do aumento das redes de atendimento e da oferta de produtos gratuitos em troca de depósitos e arrecadações, na maioria das vezes, aplicados em títulos públicos livres risco. Com a estabilização dos preços, os produtos que antes eram fornecidos “gratuitamente” começaram a ser tarifados e os bancos passaram a competir de forma mais convencional.

A preocupação com o nível do *spread* bancário brasileiro teve sua intensificação a partir de 1994, mesmo ano em que houve o controle da inflação com o Plano Real. Foi alcançado o país obteve maiores níveis de estabilidade em 1995.

O período logo após o início do Plano Real, é caracterizado pelo clima de insegurança dos agentes quanto ao efetivo controle da inflação por parte do governo. Para a sociedade, isso era visto pela aceitação dos altos níveis de taxas de juros cobradas pelas instituições no Brasil. Já os bancos cobravam altos níveis de taxas de juros para que estas pudessem cobrir eventuais perdas financeiras causadas por uma nova queda do controle inflacionário. Na visão dos dois, sociedade e bancos, ainda havia alta probabilidade de um retorno do processo inflacionário. Contudo, esta situação de desconfiança foi diminuindo como o passar dos anos, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução do *spread* por tipo de tomador



Fonte: Banco Central

O Gráfico 3 demonstra que a partir de 1994 houve uma considerável queda no nível de *spreads* bancários até o ano de 2000. No decorrer dos anos seguintes ao Plano Real, os agentes ganhavam confiança no controle inflacionário resultando na redução dos juros e dos *spreads* no mercado financeiro brasileiro.

O Banco Central estabelecera um controle da taxa de câmbio, no qual a controlava por bandas de valor máximo e mínimo, política conhecida como banda cambial assimétrica. Sempre que o valor de mercado do Dólar alcançasse um nível máximo, o Banco Central se comprometia em vender dólares, todavia não interviria caso estes alcançassem níveis inferiores. Com o intuito de atrair divisas, o banco central mantinha taxas domésticas de juros elevadas, o que acarretou para uma alta valorização do câmbio.

À medida que o Plano Real ganhava credibilidade, e a expectativa da inflação declinava, via-se a redução dos juros e do *spread*. Processo este, que ocorrera até 1997, com a eclosão da crise asiática, quando, devido a esta, houve o aumento da incerteza e da desconfiança e os juros e o *spread* voltaram a subir.

Em 1997 a crise da Ásia contaminou negócios nas economias de diversos países, gerando uma instabilidade mundial. O Brasil foi um dos países mais atingidos

na América Latina. Os defensores da tese dos fundamentos argumentam que, quando surge em um país emergente importante, os investidores reavaliam os fundamentos econômicos de outros países causando uma fuga dos credores ao mesmo tempo em que os especuladores atacam a moeda para obter ganhos, iniciando um processo que intensifica a crise.

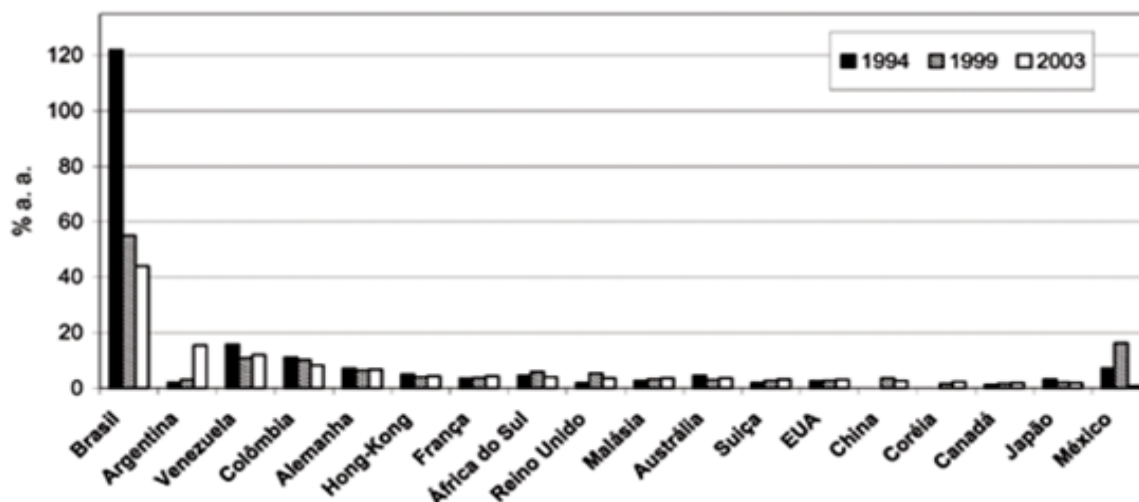
A alta fuga de capitais no Brasil fora causada pela necessidade de liquidez dos, então, investidores estrangeiros, que tinham as altas taxas de juros brasileiras como principal atrativo. Além do fato de que havia a expectativa de desvalorização do real antes mesmo da fuga de capital do país.

Em 1998, a desvalorização monetária, assim como a crise mexicana, causou a especulação generalizada na economia mundial. Sendo este episódio, onde as conquistas obtidas pelo plano real quase foram completamente abaladas. A crise da Rússia em 1998 corroborou o clima de desconfiança e logo foi seguida pela crise que fez com que o Brasil trocasse seu regime monetário.

As crises, asiática, russa aumentaram a desconfiança dos agentes na economia brasileira, alteraram-se os níveis de desconfiança das instituições na economia brasileira. Alterando por sua vez, os níveis de *spread* bancário na economia, os agentes antecipam-se a possíveis altas na inadimplência (causadas pelas crises externas) e a possíveis aumentos no custo de operações de créditos. No Gráfico4, isso pode ser visto por uma alta dos níveis de *spread* praticados pela economia.

A partir do ano 2000 o *spread* acompanhou o desempenho da economia brasileira já em níveis bem menores do que os registrados na década de 90, apesar de este continuar em níveis altos em relação a outras economias. O Gráfico 4 mostra que o Brasil possuía um dos maiores *spreads* do mundo.

Gráfico 4 – *Spread* bancário no Brasil e no mundo.

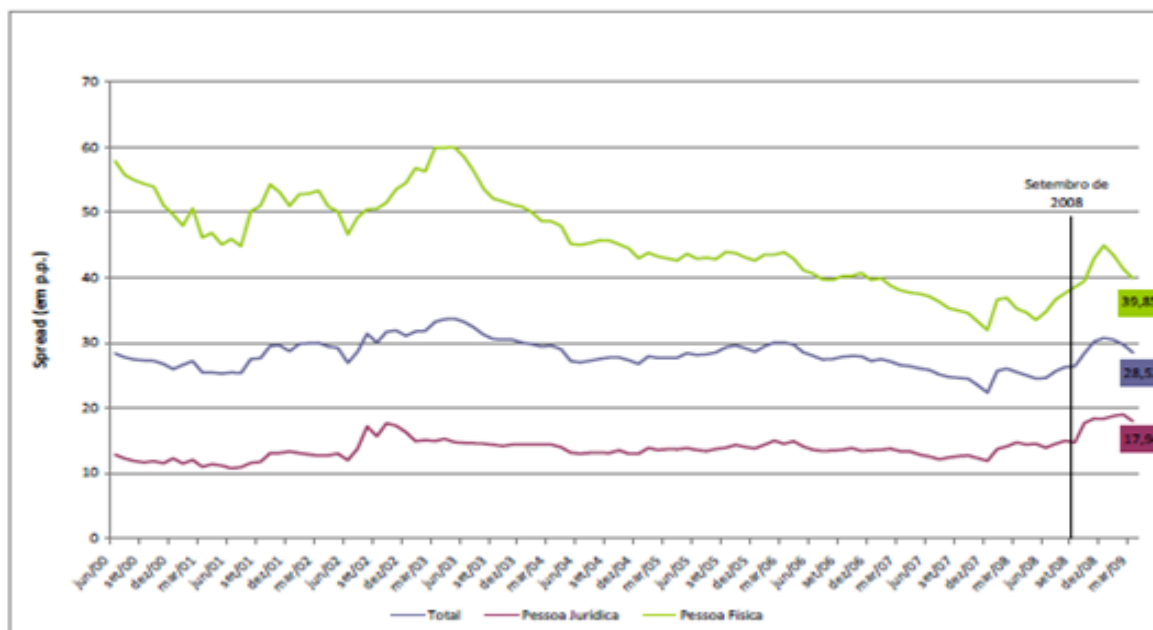


Fonte: IEDI, Carta n. 100, 2004, a partir de dados do FMI e do BCB

De 2003 a 2007, houve uma queda significativa do *spread* bancário médio. Essa redução é resultado de uma diminuição maior do *spread* bancário no segmento de pessoa física. Dado que o *spread* cobrado de pessoas jurídicas permaneceu praticamente estável no período. Segmento este que apresenta maiores *spreads*, pois se trata de um setor que as instituições financeiras encaram como setor que apresenta maiores níveis de risco. Segundo o Afonso (2009) isso pode ser justificado por três fatores (I) o custo por real emprestado tende a ser maior para as pessoas físicas (maior risco de concentração); (II) a taxa de inadimplência é menor para pessoas jurídicas do que para pessoas físicas; (III) o mercado de financiamento para pessoas jurídicas é mais concorrencial.

Essa queda de *spread* no setor de pessoas físicas pode ser justificada pelo fato de que foi neste período que se instituiu o crédito consignado que, por permitir o desconto em folha das prestações do financiamento, aumentou substancialmente a probabilidade de adimplência do setor.

Gráfico 5 – Evolução dos *spreads* bancários a partir de junho de 2000, por tipo de tomador



Fonte: Banco Central do Brasil

Como já observado, a partir do ano 2000 o nível do *spread* no Brasil acompanhou o desempenho macroeconômico do país. Fatores como queda da taxa SELIC, melhora nas contas públicas, a aprovação do novo regime falimentar, a ampliação da alienação fiduciária, a possibilidade de penhora eletrônica (Bacenjud), a implementação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, a melhoria do grau de garantia da Cédula de Crédito Bancário, podem no âmbito macroeconômico e de infraestrutura serem postos como conspícuos à queda do *spread* no período.

Esses fatores foram determinantes para o aquecimento da economia e, conseqüentemente, para o aumento da demanda pelo crédito no Brasil. Por tal, antes mesmo da crise de 2008 pode-se observar no (Gráfico 5) que o movimento de alta do *spread* bancário se intensificou.

Como analisado por Afonso (2009), constatou-se uma significativa queda do *spread* entre os anos de 2003 e 2007, em torno de 30 pontos percentuais nas operações com pessoas físicas. Ao contrário, as operações com pessoas jurídicas mantiveram-se estáveis no período. Ilustrando o relatado nos parágrafos anteriores.

De acordo com o Relatório de Economia e Crédito de 2009 o mesmo movimento do *spread* (intensificado), desta vez pelo motivo contrário, ocorreu no segundo semestre de 2008. A crise financeira fez com que a oferta de crédito caísse mais rapidamente do que a demanda, restabelecendo o clima de desconfiança dos

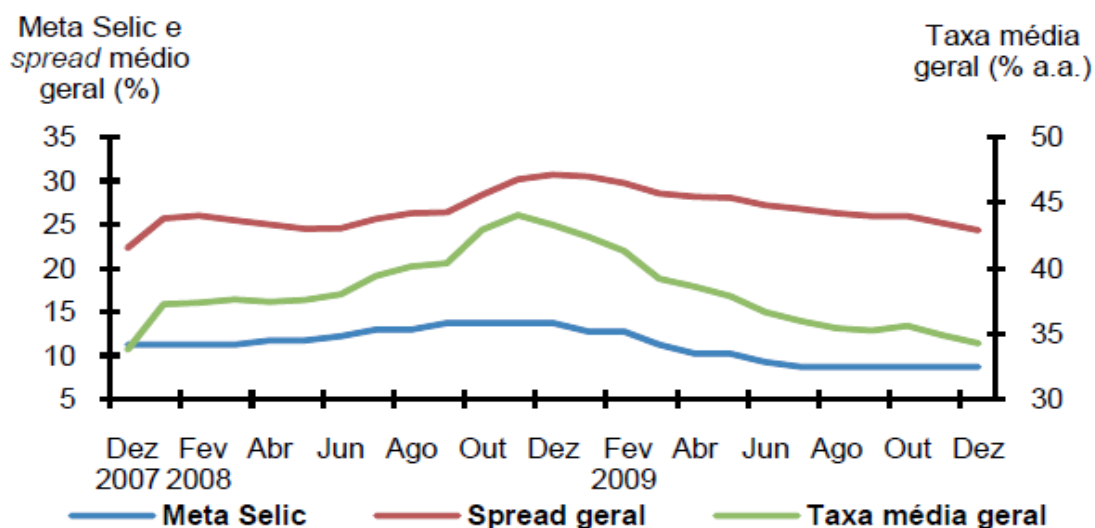


agentes sobre a economia. O pedido de concordata do banco de investimentos norte-americano Lehmann Brothers, em setembro de 2008, gerou retratação da liquidez e do crédito nos mercados financeiros internacionais. A redução as linhas de crédito internacionais oferecidas à economia brasileira afetaram o país.

O risco de liquidez pode ser dividido em dois tipos: o de financiamento, que se refere à capacidade de ajustar os desequilíbrios no fluxo de caixa através de novas captações de recursos; e o de mercado, que se refere ao risco de quitar posições em abertas no devido período, na quantidade suficiente e a um preço justo. O risco de liquidez de mercado (o segundo caso) resulta no aumento do *spread*, que por sua vez decorre da falta de liquidez dos bancos na economia. Na crise de 2008, tivemos o clássico exemplo da corrida bancária devido à desconfiança da sociedade quanto a capacidade dos bancos de quitarem suas dívidas. Mais uma vez, as expectativas dos agentes econômicos geraram o aumento dos juros e do *spread*. Dado o clima de instabilidade internacional, o que se esperava era uma elevação da inadimplência.

Com o intuito de mitigar os efeitos da crise mundial sobre o Sistema Financeiro Nacional, o Banco central do Brasil tomou medidas como a diminuição de recolhimentos de compulsórios sobre os depósitos bancários, principalmente a bancos de médio e pequeno porte. Com intuito de manter a liquidez destes, estas medidas mitigaram a restrição de liquidez. Em 2009, entrou em vigência uma medida que institui a garantia especial do fundo Garantidor de Crédito sobre os depósitos de até 20 milhões por depositante.

Gráfico 6 – Evolução dos *spreads* bancários em comparação com a Selic



No mesmo ano observou-se a queda do *spread* bancário brasileiro. A queda da taxa SELIC e a melhora das expectativas dos agentes para economia são possíveis causadores desse movimento. O comportamento das taxas de juros neste ano é reflexo da política monetária e recuperação da confiança dos agentes econômicos após a crise. A redução da SELIC propiciou menores custos de captação, paralelamente o gradual aumento da recuperação das expectativas no que diz respeito à recuperação econômica contribuiu para redução do *spread*.

O movimento de queda da inadimplência do crédito para pessoas físicas registrado no período é dos fatores que contribuíram para a redução do *spread* (houve recuo de 13,4% em operações a pessoas físicas enquanto para pessoas jurídicas a redução foi de 1,9%). Levando em consideração atrasos superiores a noventa dias, a taxa de inadimplência dos empréstimos à pessoas físicas recuou ao longo do segundo semestre de 2008 para 7,7% 2009, o que representava uma redução de 0,2% em relação a dezembro de 2008. Enquanto para pessoas jurídicas, apesar de estar apresentando uma queda (havia recuado 0,2% no último trimestre) a taxa de inadimplência atingiu 2% a mais do que o atingido em 2008 (3,8%).

## 5 MEDIDAS PARA REDUÇÃO DO *SPREAD*

A baixa competição do mercado bancário nos início dos anos 90 também poderia ser explicada pelo fato da economia estar fechada ao capital externo e fortemente protegida. Tratava-se de um mercado financeiro com predominância de créditos direcionados com pequena participação de bancos estrangeiros e grande participação dos bancos públicos. A abertura econômica e o reconhecimento das dificuldades financeiras do setor do Estado deram lugar a um modelo mais convencional e menos protecionista. A abertura do mercado financeiro nacional ao capital estrangeiro teve por intuito o aumento da concorrência interbancária, fazendo com que houvesse a redução dos preços dos produtos bancários no país.

Dada a estabilidade monetária brasileira alcançada a partir de 1994, o governo brasileiro e o BCB não tinham a suas expectativas quanto ao custo e ao nível de oferta de crédito no Brasil. O governo vem tomando inúmeras medidas para redução do *spread* bancário uma que vez que se percebe a importância percebida a este na oferta de crédito na economia. Todavia a eficácia destas tem sofrido questionamentos, dado o mantimento do elevado nível dos custos do dinheiro no país.

Por tal, anunciaram o projeto “Juros e *Spread* Bancário” em 2002, que se destinava a promover ações que visavam reduzir o custo dos empréstimos bancários no segmento livre deste mercado. Medidas estas, tomadas a partir de 1999 visam resguardar a cultura de crédito no Brasil, aumentando a segurança jurídica das operações, reduzindo os riscos de crédito e aumentar a transparência das informações.

Como relatado pelo BCB(2012), o seu foco de atuação para esta estratégia de redução dos juros e *spread* bancário pode ser segregado em três partes:

- a) o incentivo a transparência e concorrência no mercado de crédito brasileiro, diluindo os problemas de informação imperfeita fazendo com que as instituições disponham de acesso á informações sobre seus clientes e, assim, possa melhor avaliar os riscos implícitos nas operações. Aos tomadores de crédito, a informação também deve ser transparente para melhor avaliação dos custos e condições contratuais;

- b) o aumento da segurança jurídica nos contratos, face o problema de inibição de oferta de crédito devido a proteção imparcial dada pela legislação aos tomadores de crédito, quando se tornam inadimplentes. O que também causa maior rigorosidade das instituições no que se refere à avaliação de seus clientes;
- c) atuação sobre fatores que se limitam a restrições macroeconômicas, tais como questões fiscais, regulação bancária e o próprio crédito compulsório.

O aumento da transparência das informações passou a ser mais bem trabalhado pelo BCB a partir de 2000. Neste ano, o BCB passou a divulgar na internet informações básicas sobre os juros cobrados pelas instituições financeiras no país e a investir na melhoria da qualidade de detalhamento destas informações. As regras contábeis às instituições financeiras sofreram revisões através de ajustes ao Plano de Contas das instituições financeiras (COSIF), tais ajustes que aumentavam a aderência destas regras a padrões internacionais que aumentavam a transparência das operações. A base de cobertura da Central de Risco de Crédito passou de R\$ 50 mil para R\$ 5 mil aumentando a transparência do sistema de crédito brasileiro.

Visando aumentar a estabilidade do sistema financeiro, no ano de 2002 o BCB efetuou a reforma do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) através da Lei nº 10214, de 27 de março de 2001 (Medida Provisória 2.115-16 de 23.02.2001, originalmente Medida Provisória de 2.008, de 05.12.1999). Até a implantação deste novo sistema, as câmaras de compensação, onde são apurados os resultados financeiros das transações realizadas no país, eram meras processadoras. Tinha-se o risco inerente aos bancos que liquidam tais operações, suportado pelo Banco Central.

Conforme BCB, esta reforma teve seu foco na administração de riscos. Neste intuito, foi criado o Sistema de Transferências de Reservas (STR). Com esse sistema operado pelo BCB, o país passou a fazer parte de um grupo de países em que transferências interbancárias podem ser liquidadas em tempo real. O que possibilita a diminuição dos riscos de liquidação nas operações interbancárias e redução do risco sistêmico. A partir do mesmo ano, qualquer transferência de fundos entre contas estava condicionada à existência de saldo suficiente na conta emitente da transferência, o que mitigou os riscos de crédito no sistema financeiro.

Em 2004, houve a criação do Sistema de Informações de Crédito (SCR). Trata-se de um instrumento de registro e consulta a informações quanto a operações de crédito tais como avais e fianças prestados assim como de limites de crédito concedidos a pessoas físicas e jurídicas no país. Este banco de dados possui informações quanto à natureza de operações referente aos tomadores de recursos. Incluem-se nestas informações a classificação de risco destes clientes e pontualidade de pagamentos destes. Visando dar as instituições maior transparência quanto à qualidade de seus correntistas. Mitigando, assim, o risco de créditos destas instituições. Nos últimos anos, o acesso a essas informações tem sido ampliado pelo BCB.

No âmbito legislativo, uma antiga reivindicação das instituições foi atendida em junho de 2005 a Lei de Falência (nº 11.101/05). Dá-se, a partir desta, maior segurança aos bancos diante da probabilidade de eventuais falências das empresas que possuam empréstimos tomados. Conforme relatório do BCB (2012), no que abrange contratos de crédito, ao se prolongar exacerbadamente a cobrança judicial ou ao se por em risco o recebimento de valores então pactuados, há um aumento da insegurança jurídica por parte das instituições. Isso ocorre dado a incerteza quanto ao recebimento da instituição financeira, o que por sua vez, pressiona o prêmio de risco dos credores. Como consequência, têm-se reajustes no *spread* devido ao movimento de antecipação por parte dos bancos com a taxa adicional de não-pagamentos embutida no *spread*. Por tal, o governo, nos últimos anos, vem implantando medidas que reduzam o risco de inadimplência e a reduzam os custos associados à morosidade judicial, tais como:

- a) a aprovação do crédito consignado;
- b) criação da cédula de crédito Bancário;
- c) ampliação da Alienação Fiduciária em garantia;
- d) estímulo ao microcrédito e às cooperativas de crédito;
- e) reforma do Judiciário;

O Banco Central apresentou no Relatório de estabilidade Financeira de setembro de 2011, uma metodologia de cálculo da taxa média das operações pactuadas entre instituições financeiras e seus clientes preferenciais, a Taxa

Preferencial Brasileira (TPB). Esta foi construída através dos dados retirados do Sistema de Informações de Crédito (SRC) do Banco Central. Possibilitando melhor comparação entre as taxas praticadas no Brasil com as de outros países. Esta nova metodologia de cálculo serviu, também, como parâmetro para novas operações de crédito, o que por sua vez aumenta a transparência e incentiva a concorrência no mercado de crédito bancário.

Medidas que afetaram diretamente a concorrência no setor bancário foram tomadas pela entidade reguladora tais como; portabilidade do crédito, portabilidade cadastral, cadastro positivo. O que se apresenta na conjuntura atual, é que dado o fato de que os atuais níveis do *spread* bancário praticados no Brasil ainda estarem entre os mais elevados do mundo, as medidas adotadas pelo BCB se fazem inócuas.

A partir de abril de 2012 o governo brasileiro iniciou uma redução do *spread* bancário dos bancos públicos Banco do Brasil e Caixa Federal. Estes anunciaram a redução da taxa de juros de suas principais linhas de crédito. Essas reduções foram anunciadas através de programas nessas instituições. Como pode ser visto em DIESE(2012), o programa Bompratodos, do Banco do Brasil de 5 de abril foi seguido pelo Caixa Melhor Crédito, em 9 de abril, da caixa Econômica Federal. Medida esta que pressiona o Sistema Financeiro Nacional a uma redução do juros e, conseqüentemente, do *spread*.

Segundo DIESE(2012), estes programas tratam-se de um conjunto de medidas que reduzem as taxas de juros tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Com estas medidas o governo pretende pressionar os bancos privados a reduzirem as taxas de juros praticadas em seus produtos. Como pode ser visto na Tabela 5 os bancos públicos visam ganhar competitividade uma vez que as taxas desses programas são mais baixas que outros produtos similares nas demais instituições do SFN. A proposta destas instituições é, com o aumento de sua carteira de clientes, ganhar em escalas reduzindo margens.

Tabela 5 – Taxa de Juros por modalidade de crédito – Programa “Caixa Melhor Crédito” e Bompratodos

MODALIDADE	CAIXA ECONÔMICA		BANCO DO BRASIL	
	Antes	Nova	Antes	nova
<b>Pessoa Física</b>				
Cheque Especial	1,35% a 8,25%	1,35% a 4,27%	A partir de 1,97%	> 1,38%
Cartão de Crédito	12,86%	2,85%	3,96% a 13,62%	2,94% A 3%
Crédito Especial	5,40%	3,88%	-	-
Crédito Consignado	1,29% a 2,82%	1,2% a 1,95%	-	-
Crédito Consignado INSS	-	-	0,85% a 2,04%	0,79% a 1,80%
INSS (1 a 6 meses)	0,84%	-	-	-
INSS (7 a 12 meses)	1,75%	-	-	-
INSS (13 a 60 meses)	2,14%	-	-	-
Aquisição de Bens Veículos	A partir de 1,19%	-	0,95% a 2,65%	0,95% a 2,65%
<b>Pessoa Jurídica</b>				
Capital de Giro	2,72%	0,94%	A partir de 0,99%	>0,96%
Descontos de cheques e duplicatas	1,72%	1,25%	A partir de 1,45%	> 1,25%

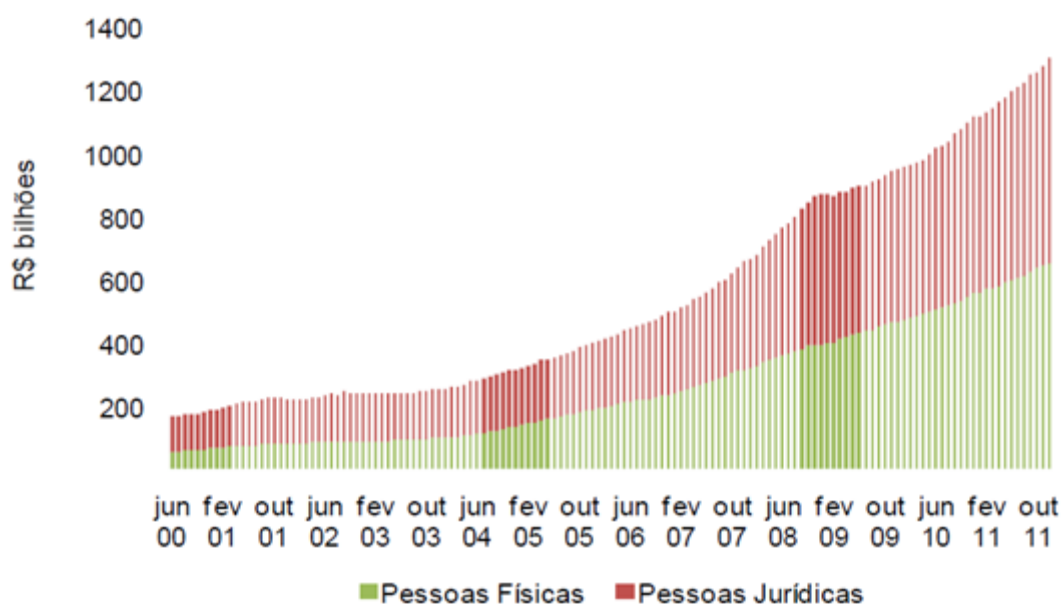
Fonte: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

Com a drástica redução do *spread* dos maiores braços financeiros do governo percebe-se uma reação das demais instituições bancárias na economia, visando seus esforços aos ganhos de escala. Buscando maiores lucros aliada a maior oferta de crédito, o que se faz benéfico ao crescimento econômico.

## 6 O DEBATE

Em um país como o Brasil, que possui um baixo nível de participação do mercado de capitais no financiamento privado, o crédito bancário tem essencial função de suprir a necessidade de financiamento dos agentes econômicos que pretendem viabilizar seus projetos e crescer através destes. Entre os anos de 1999 e 2011, como demonstra o Gráfico 7, o Brasil apresentou uma elevação acentuada do Crédito Livre conforme estudo realizado pelo BCB (2012).

Gráfico 7 – Operações com crédito livre no Brasil

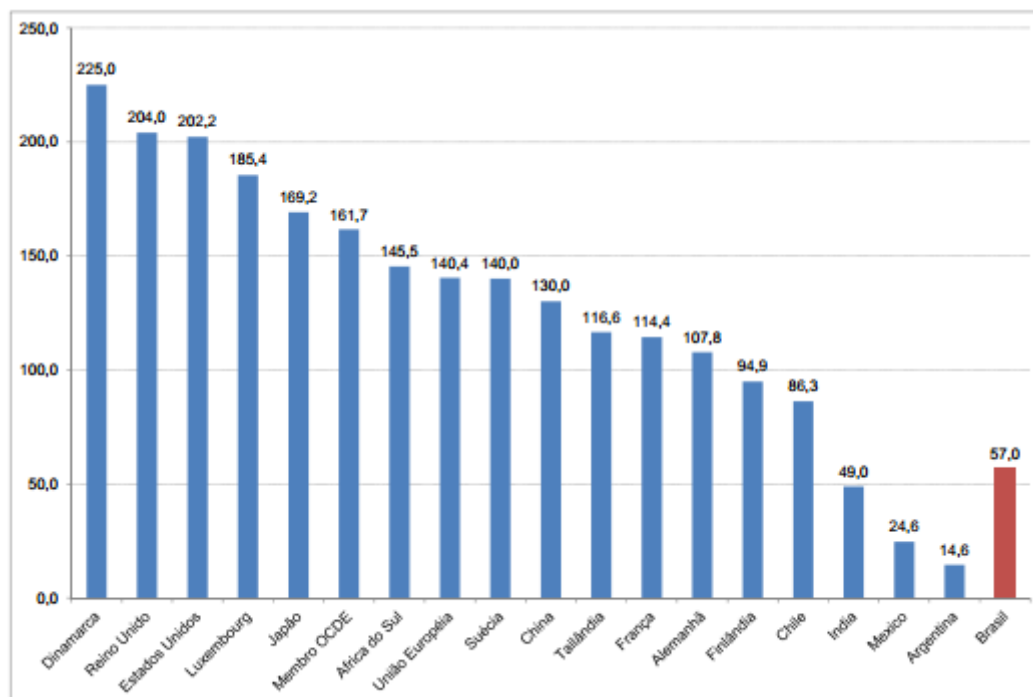


Fonte BCB (2012), elaborado pelo BCB

Já em comparação com outros países, o Brasil apresenta uma das menores relações Crédito/PIB do mundo. O Gráfico 8 mostra essa relação em alguns países selecionados em 2007, evidenciando o baixo percentual brasileiro (32,3%) em relação a países desenvolvidos e em desenvolvimento.



Gráfico 8 – Relação Crédito/PIB – comparativo entre países em 2010



Fonte Banco Mundial (2011), elaboração DIEESE

De acordo com Castro (2008), uma das principais restrições ao crédito no Brasil é o elevado custo. Dessa forma, a escassez e o difícil acesso de grande parte da população ao crédito geram um obstáculo ao crescimento da economia brasileira. As altas taxas de juros também podem ser responsáveis por problemas como o risco moral e a seleção adversa na economia. Além disso, elevadas taxas de juros em uma economia além de restringir a oferta de crédito e dificultar o nível de investimento, que é diretamente proporcional ao crescimento econômico, causam problemas como o risco moral e seleção adversa na economia.

Nos últimos anos tem-se acompanhado os anúncios das instituições bancárias alcançando lucros recordes consecutivos. Conforme o DIEESE (2012), considerando as cinco maiores instituições do país encontra-se um lucro total de R\$ 50,7 bilhões, com crescimento de 9,8% em relação aos valores apresentados em 2010 (Tabela 6) Pode-se destacar o resultado atingido pelo Itaú Unibanco (R\$ 14,6 bilhões), pelo Banco do Brasil (R\$ 11 bilhões), sendo estes os maiores no Sistema Financeiro Nacional.

Tabela 6– Lucro dos 5 maiores bancos Dezembro 2011 (em milhões de R\$)

BANCO	DEZEMBRO		VARIACÃO %
	2010	2011	
Banco do Brasil Caixa Econômica Federal	11.703.185,00	12.125.990,00	3,60%
Bradesco	3.764.411,00	5.182.525,00	37,70%
Itaú Unibanco	10.021.673,00	11.028.266,00	10%
Santander	13.322.963,00	14.620.621,00	9,70%
<b>Total</b>	<b>46.194.806,00</b>	<b>50.713.255,00</b>	<b>9,80%</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras - Dezembro 2011  
Elaboração: DIESSE - Rede Bancários

Sobre o debate em relação à transparência das informações a cerca dos lucros das instituições, os bancos argumentam que há uma divulgação equivocada de seu respeito à sociedade. As instituições bancárias elencam entre as razões para tais discrepâncias, o fato de seu desempenho referir-se ao *spread* bruto. Portanto os resultados calculados, a partir deste, são incompletos e ilusórios.

Segundo o Relatório de Economia Bancária e Crédito do Banco Central do Brasil (2011), o Brasil possui um dos maiores *spreads* bancário do mundo. A parcela que corresponde ao lucro no *spread* bancário passou de 29,94%, em 2009, para 32,73%, em 2010. Nos bancos privados essa parcela passou de 32,47% para 34,15% e nos públicos de 25,41% para 30,60% no mesmo período.

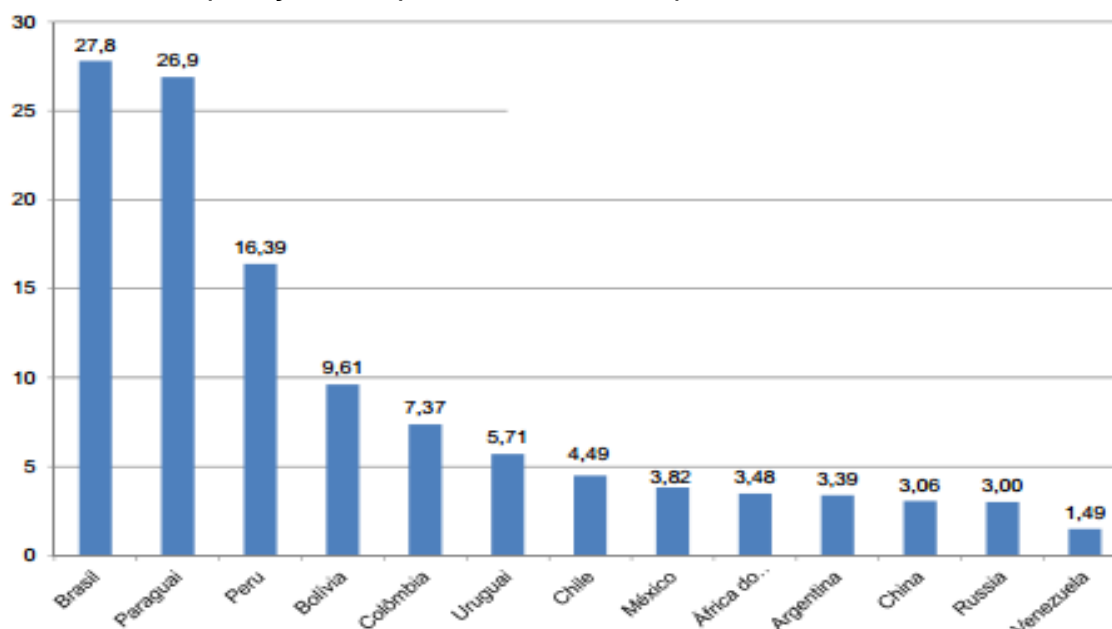
Como analisado em José Roberto Afonso (2009), o *spread* bancário trata-se de um dos componentes do custo total de uma operação de empréstimo. O *spread* bancário vem sendo alvo de estudos e pesquisas por parte do Banco Central nos últimos anos é considerado um dos principais obstáculos à expansão do crédito e melhor andamento do sistema financeiro, assim como limitador do desenvolvimento do país.

Em 1999, o Departamento de Pesquisa do Banco Central iniciou estudos sobre o *spread* no Brasil. Como relatado na seção 4, a partir do controle inflacionário, o BCB passou a demonstrar maior preocupação com fatores determinantes do *spread* bancário brasileiro.

Apesar da redução do *spread* bancário brasileiro na última década, seu nível ainda permanece elevado em comparação com outros países no mundo. De acordo

com os dados do FMI, o Brasil apresentou o maior *spread* bancário entre países selecionados no ano de 2010, apresentados no Gráfico 8.

Gráfico9 – Comparação do *Spread* bancário em países selecionados



Fonte Banco Mundial (2011), elaboração DIEESE

O governo, para estimular a redução do *spread* no país, anunciou em abril de 2012, que suas duas principais instituições financeiras (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) farão uma redução de suas principais linhas de crédito. Segundo o Ministro da Fazenda, Guido Mantega em entrevista dada ao site G-1 *"a taxa de captação é de, no máximo, 9,75% ao ano. [Os bancos] Estão captando a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano, dependendo da linha de crédito. Essa situação não se justifica"*.

O debate em relação ao *spread* bancário brasileiro tem ganhado nos últimos anos maior notabilidade. Com intuito de dar término a eventuais abusos que possam estar ocorrendo na economia em relação ao consumidor. O que justifica o maior interesse da sociedade no assunto nos últimos anos.

Uma reforma ampla no sistema financeiro brasileiro diminuiria a diferença entre o atual *spread* brasileiro e o da maioria dos países. Segundo Troster (2003), para que os bancos possam reduzir os atuais níveis do *spread* bancário, é necessária a redução de seus custos. A diminuição do depósito compulsório, a tributação (IOF,

para operações de crédito e imposto sobre o lucro bancárias), além de medidas para redução da inadimplência, devem ser tomadas pelo Banco Central.

## 6.1 POSIÇÃO DA FEBRABAN

Troster(2003) entende que, no que se refere à questão institucional, não há o atendimento às necessidades dos bancos. A falta de planejamento para ações do governo torna as intermediações financeiras menos eficientes. A federação cobra normas que tornem mais seguro ao prestador de recursos a negociação, exige regras que dêem tratamento justo ao tomador, diminuindo assim, os riscos para o setor financeiro. Os custos da ineficiência das intermediações são repassados para a sociedade.

A ineficiência na aplicação da justiça gera alto dispêndio de recursos e tempo nos processos. Distorções como estrutura administrativa dos tribunais é obsoleta, poucos recursos humanos, politização de decisões, complicações desnecessárias no código processual e recursos exageradamente lentos tornam a aplicação da justiça lenta.

Para FEBRABAN a Lei das Falências é antiquada. Esta não é eficaz para resolver questões entre tomadores de recursos e investidores (credores). Trata-se de uma lei criada no ano de 1945, e fora elaborada de acordo com a estrutura econômica que emanava na época, uma estrutura produtiva muito diferente da atual. O que a faz incapaz de atender a necessidade de dar continuidade a investimentos mal sucedidos, pois trata credores e devedores com equidade. A lei torna impossível que o empreendimento seja salvo. O que faz com que a economia perca fontes de emprego e permite fraudes contábeis.

Muitas empresas no Brasil trabalham com informações contábeis falsas, elas distorcem as informações, pois têm ciência de que estas são fundamentais para viabilização de créditos bancários. O que muitas vezes induz as instituições financeiras a emprestar demais, o que resulta em inadimplência. Isso ocorre principalmente com empresas de pequeno e médio porte, onde as auditorias contábeis são muito mais onerosas, dado o alto custo de capturar e verificar tais informações. Não há, atualmente, conseqüências suficientemente punitivas ao ato de uso de documentos inventivos dessas empresas. O que acaba resultando na perda

de credibilidade dos bancos nas informações de todas as empresas. Isso faz das leis brasileiras, complacentes com a informalidade por parte dos tomadores de recursos.

O problema de indefinição da competência corrente de órgãos regionais onera as instituições financeiras. Órgãos regionais e municipais impõem restrições e obrigações, e regulamentam as ações do sistema bancário na região. E o fazem muitas vezes inconstitucionalmente, pois apenas a CMN – Conselho Monetário Nacional - tem tal competência.

Existe também na legislação brasileira uma tendência jurisprudencial de alterar as condições de empréstimo. Ações judiciais geram riscos sistêmicos alterando as condições de alguns empréstimos. Existem exemplos de contratos que tem a indexação de suas taxas alteradas, por imposição de alguns tribunais, caso de operações com indexação cambial que passam a ter esta feita por IPC.

Em Troster(2003) o autor chama de “intempestividade de regras”, a tendência de mudanças bruscas das regras as quais os bancos brasileiros são submetidos. Existe um alto custo de adaptação a estas, dado o curto prazo dado para tais adaptações além da alta freqüência com que essas alterações ocorrem.

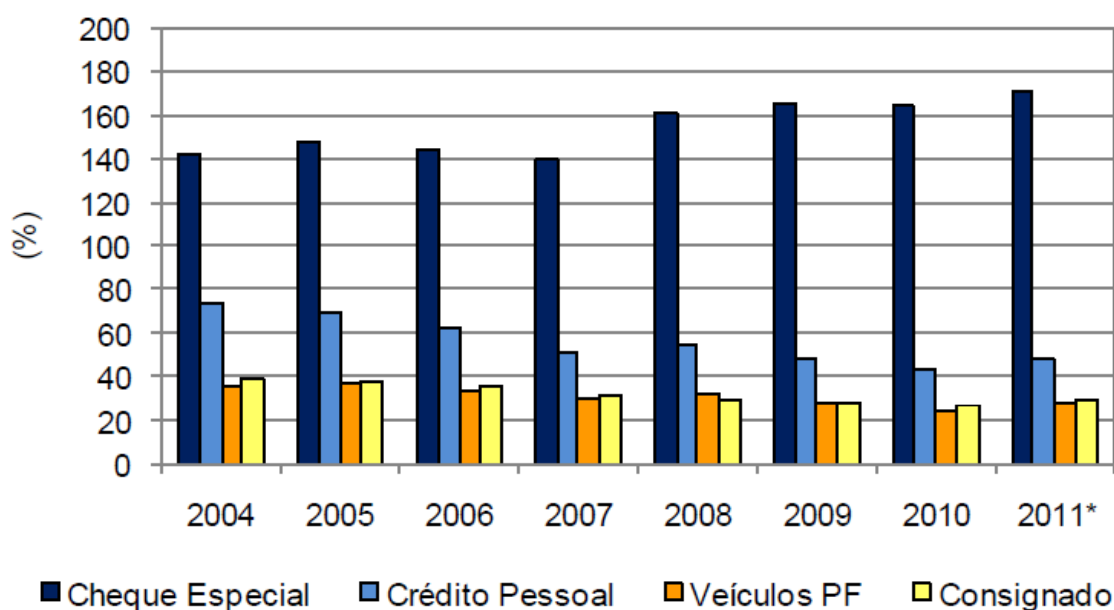
Como a demora das decisões judiciais é de conhecimento de todos agentes. Muitos tomadores usufruem desta pra obterem vantagens. Existe uma separação de encargos e principal da dívida, de tal forma que se existe alguma pendência judicial referente aos encargos de uma operação, o devedor não tem mais a obrigação de pagar o principal da dívida. Muitos devedores usufruem desta questão para ganharem tempo, ou seja, postergam o pagamento do principal, sobrecarregando assim, o judiciário.

Estes problemas são apontados pela FEBRABAN como determinantes, na atual conjuntura brasileira, para o alto nível dos *spreads* cobrados pelas instituições financeiras. Pois estes aumentam os riscos das operações, uma vez que aumentam a insegurança jurídica das garantias de um empréstimo. Isso pode ficar claro se analisarmos períodos onde ocorreram mudanças na legislação que afetaram diretamente o nível de segurança judicial das operações de crédito. Como exemplo pode-se observar a queda do *spread* bancário no ano de 2000, dada a melhoras estruturais no sistema financeiro. Tais como ampliação na alienação fiduciária, a implementação do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro) e a melhoria do grau de garantia da cédula de crédito bancário. Medidas estas, que se fazem voltadas para a

redução do tempo e das barreiras para a redução do tempo e dos impeditivos judiciais para recuperação de crédito no Brasil. Pode se incluir nesta lista de ações a classificação das operações por fator de risco (os tomadores de recursos passaram a ser classificados por Rating), além do aumento do nível de informações disponíveis aos agentes, bancos e consumidores, referentes à Central de Risco do Banco Central. Estes podem ser considerados cruciais para o aumento da segurança judicial das operações de crédito.

No Gráfico 10, é possível analisar a relação inversamente proporcional existente entre o *spread* médio por tipo de produto e o nível de garantia jurídica para o mesmo.

Gráfico 10 - *Spread* médio de operações selecionadas para pessoas físicas



Fonte BCB (2011)  
\*media jan-mar

Dado o maior nível de segurança pra operações de crédito para aquisições de veículos, tem-se o mais baixo nível de *spread* para este tipo de operação. O contrário ocorre para operações em cheque especial. Cabe ressaltar que a mesma relação entre segurança judicial e *spread* vale para operações de crédito a pessoal jurídicas.

### 6.1.1 Política bancária

Para a FEBRABAN faltam no Brasil políticas com visão de longo prazo, que mitiguem o problema da chamada “intempestividade de regras” que afeta o risco das operações de crédito no país. O complexo nível da atividade bancária exige um conjunto de fatores como mão-de-obra qualificada, tecnologia avançada, infraestrutura sofisticada e investimentos pesados. O alto nível de restrições operacionais impostas aos bancos não são elaboradas visando dar maior segurança as instituições. Além disso, acabam dando maiores custos às operações de crédito.

Apesar dos lucros dos bancos serem apontados pelo Banco Central como excessivos no Brasil. A FEBRABAN alega que boa parte dos bancos no Brasil teve alterações em seu controle acionário por falta de competitividade. E aponta que o nível de rentabilidade do setor bancário brasileiro, na média, se faz tão rentável quanto outros setores bancários no mundo.

Tabela 7 - ROE bancos em países selecionados

<u>País</u>	<u>ROE</u>	<u>País</u>	<u>ROE</u>	<u>País</u>	<u>ROE</u>
Japão	-8,8%	EUA	19,5%	Luxemburgo	24,2%
Argentina	-2,5%	Chile	19,8%	Hungria	27,5%
Suíça	9,1%	México	19,8%	Rússia	28,8%
China	10,3%	<b>Brasil</b>	<b>20,2%</b>	Andorra	29,9%
Itália	15,2%	El Salvador	21,2%	N. Zelândia	31,5%
Inglaterra	17,3%	Suécia	22,5%	Indonésia	32,2%
Canadá	17,9%	Austrália	23,7%	Turquia	32,9%

Fonte: The Banker (2002)

### 6.1.2 Tributação excessiva

A tributação cobrada das instituições se faz excessiva, na opinião da federação, atualmente no Brasil. Além serem cobrados altos níveis de impostos em comparação com outros países, mais uma vez aqui aparece o problema de alterações de seus critérios e condições com alta freqüência. Para os bancos, o compulsório pode ser tratado como um tributo implícito, pois se tem uma linha de empréstimo obrigatória com altos custos de oportunidade, dado seus custos serem abaixo da

captação. Da mesma forma existem alguns tipos de aplicações obrigatórias deficitárias e a proibição de deduzir algumas despesas incorridas.

Em uma operação de crédito, onde os bancos tomam recursos emprestados por agentes com capacidade de financiamento a uma taxa e emprestam para agentes com necessidade de financiamento a uma taxa mais alta do que fora tomado, os bancos só podem emprestar parte dos recursos tomados. Isso se deve aos depósitos compulsórios e tributação. O FGC – Fundo Garantidor de Crédito – ficará com parte do retorno dos bancos adquiridos por estas operações. Existem, além dos custos de captação, impostos sobre os rendimentos dos aplicadores (Imposto de Renda), tributação sobre certo percentual da operação em si, o chamado IOF (Imposto sobre operações Financeiras), e outras contribuições sociais. Tais tributos dificultam e encarecem a oferta de crédito no sistema financeiro.

Existe também o argumento de que a tributação distorcida, redução a própria arrecadação do governo. De tal forma que, no médio prazo, os altos custos com tributação acabam diminuindo a oferta de crédito no país. O que prejudica diretamente a economia, pois diminui o crescimento, aumenta a inadimplência e o desemprego. Usa-se para esse argumento o embasamento teórico da curva de Laffer, trata-se da rerepresentação teórica da relação entre o valor arrecadado com imposto às diferentes taxas, de tal forma que ela demonstra que excessivos aumentos na tributação corroem a base de incidência da mesma.

Ainda na questão altas taxas de impostos cobradas pelo governo, há a posição contrária da FEBRABAN em relação ao crédito compulsório no Brasil. Mais uma vez, tem-se a abordagem de que estes incidem sobre as operações de crédito como tributação indireta. Uma vez que a remuneração deste crédito ao governo é menor do que a de mercado, a diferença entre a remuneração destes recursos paga pelo mercado e a remuneração dos compulsórios, incide como um imposto indireto, algo disfarçado.

Em nível de exemplo, uma operação de crédito tomada no ano de 2002. O quadro 1 mostra os valores de uma operação onde um aplicador investe a importância de R\$ 100.000,00 à taxa de 26% ao ano por um mês e que o banco empreste este recurso a uma taxa de 52% ao ano, o dobro. Dado o percentual que deve ser aplicado ao crédito compulsório e tributação o banco apenas poderia emprestar R\$ 76.323. O aplicado após pagar, a então presente CPMF e IR, só terá



R\$ 787 de rendimento líquido. O Fundo Garantidor de Crédito ficará com R\$ 25. O governo, além do que lhe fora compulsoriamente disponibilizado, ficará com R\$ 1.539 por conta do IOF, e outros tributos. O tomador pagará a conta com R\$ 3.109. A alegação é de que o crédito no Brasil sempre será um dos mais caros enquanto não houver reduções nas altas taxas de tributação cobradas na economia brasileira.

Quadro 1 – Aplicação e empréstimo hipotético de R\$ 100.000,00

Depósito de poupador	R\$100.000,00
G - CPMF ao comprar CDB	R\$ 378,56
Valor de aplicação do CDB	R\$ 99.621,44
Juros brutos do investido 24,5% ao ano (V)	R\$ 1.937,24
G - Impostos de renda	R\$ 387,45
Valor de resgate de CDB	R\$101.171,23
G - CPMF ao sacar recursos	R\$ 384,45
Resgate do investidor	R\$100.786,78
I - Rendimento líquido do investidor	R\$ 786,78
Depósito compulsório de 23%	R\$ 22.912,93
Saldo para emprestar - Empréstimo	R\$ 76.708,51
G - IOF 0,0041% ao dia	R\$ 94,35
Recursos depositados na conta do tomador	R\$ 76.614,16
G – CPMF	R\$ 291,13
Valor disponível para o tomador	R\$ 76.323,02
T - Juros de empréstimo (I)	R\$ 2.723,80
Pagamento do empréstimo	R\$ 79.432,31
Custos fixos e Inadimplência (VI)	-
G/B - Juros do compulsório (II)	R\$ 445,56
FGC - Fundo Garantidor de Crédito (III)	R\$ 25,29
G - PIS confins (IV)	R\$ 57,29
Lucro bruto do banco (I)+(II)-(III)-(IV)-(V)-(VI)	R\$ 1.149,54
G - IR + contribuição Social 34%	R\$ 390,84
Lucro Líquido	R\$ 758,70

Fonte: Troster(2003), elaborado por Troster(2003)

A utilidade do compulsório como fonte de liquidez do sistema também é questionada pela FEBRABAN, haja visto a inexistência deste em outros países como Suíça, Bélgica, Dinamarca e Canadá dada a pouca utilidade. Nos Estados Unidos a utilidade do depósito compulsório já vinha sendo questionada em 1931 no Comitê sobre as reservas bancárias. Para a FEBRABAN, dada a evolução no mercado de ativos bancários após varias décadas a sua importância é ainda menor. A

FEBRABAN questiona inclusive a importância do papel do Fundo Garantidor de Crédito na economia.

Há o reconhecimento, por parte da Federação, quanto aos esforços nos últimos anos para a diminuição do *spread*. Mas exige que ainda mais seja feito para redução de um dos maiores *spreads* do mundo.

## 6.2 POSIÇÃO DO BANCO CENTRAL

No âmbito de decomposição do *spread* bancário na tabela 10, nota-se que o *spread* bancário vinha de uma tendência de queda na margem bruta, erros e omissões, que vinha ocorrendo desde 2002. Esta tendência foi interrompida em 2008 com a crise. A pequena queda em 2009, de 23,79% para 16,19, é um indicativo observado em para o BCB(2009) de que ainda há espaços para os bancos privados diminuírem seus *spreads*.

Tabela 8 - Decomposição do *spread* bancário prefixado - Bancos privados

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
A - Taxa de Aplicação *	52,31	52,13	46,89	40,18	53,97	41,94
B - Taxa de Captação *	17,82	17,14	12,64	11,85	12,99	10,71
1 - Spreaf Total	34,49	34,99	34,25	28,32	40,98	31,23
2 - Custo Administrativo	7,83	7,53	6,70	5,3	4,11	4,79
3 - Inadimplência	9,02	11,00	11,66	8,68	11,30	8,78
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	1,8	1,22	0,69	0,56	0,23	0,26
5 - Encargos Fiscais e FGC	1,64	1,61	1,28	1,12	1,56	1,21
Impostos Indiretos	1,18	1,12	1,05	0,91	1,38	1,04
Custo o FGC	0,46	0,50	0,23	0,20	0,18	0,17
6 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4-5)	14,21	13,63	13,92	12,66	23,79	16,19
7 - Impostos Diretos	4,86	4,66	4,76	4,33	9,52	6,48
8 - Margem Líquida, Erros e Omissões (6-7)	9,35	8,97	9,16	8,33	14,27	9,70

Fonte: Depep

(\*) Valores estimados

A decomposição do *spread* bancário para as maiores instituições financeiras do país, conforme a mostra as tabelas 9 e 10, mostra comportamento semelhante aos bancos privados. Pois para estes também aparece, como um dos principais

componentes do *spread*, a margem bruta, erro e omissões (59,5% em 2008, 51,5 em 2009 e 55,3% em 2010).

Tabela 9 - Decomposição do *spread* bancário prefixado - Maiores bancos (\*)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
1 - Spreaf Total	100,0 0	100,0 0	100,0 0	100,0 0	100,0 0	100,0 0	100,0 0
2 - Custo Administrativo	20,19	19,39	17,26	17,89	9,81	13,48	12,72
3 - Inadimplência	24,53	27,43	30,07	28,52	25,14	29,42	27,88
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	9,95	8,56	6,31	6,84	5,51	5,63	4,07
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	45,33	44,61	46,36	46,76	59,54	51,47	55,32
6 - Impostos Diretos	10,69	11,71	11,35	8,46	17,85	16,94	20,4
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	34,63	32,90	35,01	38,30	41,69	34,53	34,93

Fonte: Depep

(\*) Valores estimados

Tabela 10 - Decomposição do *spread* bancário prefixado - Maiores bancos (\*)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
A - Taxa de Aplicação *	53,11	53,33	47,31	40,18	52,91	40,32	39,7
B - Taxa de Captação *	17,55	16,93	12,55	11,76	12,93	10,51	11,83
1 - Spreaf Total	35,56	36,4	34,76	28,4	39,98	29,81	27,87
2 - Custo Administrativo	7,18	7,06	6,00	5,08	3,92	4,02	3,55
3 - Inadimplência	8,72	9,99	10,45	8,1	10,05	8,77	7,77
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,54	3,11	2,19	1,94	2,2	1,68	1,14
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	16,12	16,24	16,12	13,26	23,81	15,34	15,42
6 - Impostos Diretos	3,8	4,26	3,95	2,4	7,14	5,05	5,68
8 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	12,31	11,96	12,17	10,88	16,67	10,29	9,73

Fonte: Depep

(\*) Valores estimados

Conforme pode ser visto em DIESE (2012) os fatores Inadimplência e Margem Bruta, Erros e Omissões destacaram-se dentre os demais fatores que compõe o *spread* bancário pelo fator de terem mantido sua proporção no decorrer dos últimos anos. Tanto os bancos públicos quanto os privados apresentaram lucros recordes nos

últimos anos, também deflagrando a existência de espaços para a diminuição dos *spreads* bancários.

Em relação a inadimplência, o BCB a entende como efeito colateral as altas taxas de juros praticadas no mercado. Cabe ressaltar que elevadas taxas de juros causam efeitos tais quais a dificuldade na quitação de dívidas dos tomadores de recursos. A redução das taxas cobradas pelas próprias instituições que apontam o problema de inadimplência no Brasil possibilitaria renegociação de dívidas bancárias por taxas mais baixas. Segundo o ex-diretor do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas em entrevista ao UOL em setembro de 2012.

*O estoque [de dívidas das famílias] não é expressivo, mas o serviço do crédito está alto para esse tipo de endividamento", avalia. Para ele, isso se deve ao perfil dos financiamentos contratados pelos consumidores, de curto prazo e juros ainda altos. Em julho, as taxas das operações de crédito para pessoas físicas atingiram o menor nível da história: 36,2% ao ano, mas alguns tipos de linha registraram aumento de juros, como cheque especial, financiamento de veículos e crédito pessoal (UOL, 2012)*

Como salientado por Campello (2012), em seu ensaio sobre o *spread* bancário no Brasil, no que se refere à inadimplência brasileira, as instituições de crédito enfocam que a taxa de inadimplência aumentará se houver o descumprimento da obrigação dos tomadores de recursos para com as instituições de crédito. De tal forma que sempre que o tomador levantar um empréstimo, já estará arcando com estes custos, ou seja, já lhe será cobrado por antecipação um custo que, de fato, o mesmo não contribuiu e não sabe as razões de sua incidência.

Segundo o Brasil (2012), em nota técnica, o peso dos compulsórios no Brasil representa apenas 4,08%. Tendo-se um *spread* médio de 27,87% em 2010, os compulsórios representam apenas 1,14% do *spread* total. O BCB concorda que o recolhimento compulsório contribui para o *spread* bancário, todavia o órgão regulador alega que como pode ser observado na tabela 9, a participação deste no *spread* apresenta tendência de queda apresentando atualmente baixa participação no *spread* total. Logo não pode ser apontado como um dos causadores dos alto preço do crédito na economia.

O BCB entende que a redução do *spread* bancário deve estar relacionada com ações que visem o incentivo a maior competitividade bancária e na redução da inadimplência. Como pode ser visto no histórico do *spread* bancário no Brasil, foi a

partir do plano real que o governo passou a tomar medidas a favor da redução do nível do *spread* bancário na economia. Estas se basearam em medidas que visavam em, efetivamente, aumentar a concorrência e eficiência do setor bancário bem como redução da inadimplência.

A baixa da taxa de juros para os principais produtos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal visa forçar a queda da taxa de juros e o *spread* dos bancos privados. O intuito é de levar os bancos privados a voltarem seus esforços para ganhos de escala em um ambiente de baixo *spread*.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo efetuar o aprofundamento do debate entre o BCB e a FEBRABAN. De forma a demonstrar ambos pontos de vista quanto ao motivos dos alto *spread* bancário brasileiro estar entre os maiores do mundo.

Dado que o *spread* bancário trata-se da diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras em suas operações de crédito e a taxa paga para captação destes mesmos recursos a serem emprestados, os órgãos analisam o *spread* sob pontos de vistas distintos. Uma vez que as instituições bancárias justificam suas altas taxas cobradas para operações de crédito pelo lado do custo para captação dos recursos e os fatores que formam a taxa de captação.

O crédito compulsório ao BCB, instrumento de política monetária do Banco Central que é utilizado como garantia do mantimento do nível de liquidez na economia, é visto como um imposto indireto dado o custo de oportunidade para emprestar este ao Banco Central sob remuneração de taxas menores que as praticadas na economia. A utilidade do crédito compulsório na economia é colocada em questão, uma que vez economias estáveis no mundo não possuem mais este instrumento dada a constatação de sua inutilidade para o mantimento da estabilidade econômica. Todavia o Banco Central demonstra a baixa participação do compulsório na composição do *spread* (menos de 5%), o que impediria este componente de ser a justificativa para tais níveis da *spread* brasileiro.

As altas taxas de impostos cobradas pelo governo sobre as operações de crédito, também são alvos de críticas da FEBRABAN. A federação alega que os altos *spreads* bancários no Brasil são consequência do movimento de transferência aos agentes tomadores de crédito dos custos para captação dos recursos, feita pelas instituições. São utilizadas em seus argumentos, apontamentos quanto a infraestrutura brasileira, a alta inadimplência da economia brasileira, a morosidade jurídica no âmbito de recuperação de crédito, o alto nível de desemprego (que pode ser causada pelo alto nível de tributação do país segundo a FEBRABAN).

Todavia o Banco Central defende que tais apontamentos da federação não servem de motivo para as altas taxas cobradas por estas na economia. A melhora da economia brasileira desde a estabilização monetária do país em 1994 com o plano

real é apontada como fator que abre espaço para redução da margem de lucro das instituições bancárias no país.

Os fatores de infraestrutura apontados pela FEBRABAN serviriam como fatores relevantes aos altos custos de captação se ano após ano, as instituições bancária no Brasil não viessem apresentando lucros recordes. Como observado na seção 3 dentro da composição do *spread* o nível de participação da inadimplência no *spread* não acompanha a parcela de Margem Bruta das instituições nos últimos anos. A visão de que a inadimplência é fator consequência de altas taxas de juros na economia pode, na verdade, estar sendo distorcida pelas instituições. Uma vez, que altas taxas de juros podem justificar a incapacidade dos agentes tomadores de recursos de cumprimento de suas obrigações. Na visão do banco central, quanto mais caro for o custo do dinheiro na economia, maior será a inadimplência apresentada. O cálculo da PDD, efetuado pelos bancos para medir sua inadimplência, é baseado em resultados obtidos em relação a operações passadas e utilizado para efeitos a operações futuras. Agentes, ao tomar recursos para financiar seus investimentos, estarão pagando por agentes que já o fizeram, dada a metodologia *ex-post* do cálculo do preço do recurso a ser tomado.

Analisando a composição do *spread* em bancos privados e públicos percebe-se que, dada a diferente função destes na economia, há um comportamento diferente dos fatores que compõem o *spread*. Nos bancos públicos, que se fazem braços financeiros de programas de incentivo a economia por parte do governo, percebe-se que está na inadimplência a parcela mais relevante do *spread*. Enquanto que no caso das instituições privadas, tem-se na Margem Bruta o principal componente.

O que se observa no histórico do *spread* no Brasil, é a interferência do banco central no intuito de promover o aumento da transparência e segurança jurídica das operações de crédito na economia. Uma vez que tendo em vista que as operações de crédito divergem de cliente para cliente, de banco para banco, é que se faz necessária a transparência das informações no que diz respeito aos fatores que formam o *spread*. O próprio Banco Central reconhece a necessidade de medidas que combatam a inadimplência na economia, todavia este fator não pode ser utilizado como causador das altas taxas atualmente praticadas. Pode ser analisado que em momentos de crise há uma rápida alta do *spread*, e em momentos de melhora, uma sensibilidade pequena do mesmo.

Medidas vêm sendo tomadas para melhora da estrutura do sistema financeiro no país conforme visto na seção 5. No entanto estas se revelaram ineficientes para diminuir o *spread* bancário, o que se vê é o mantimento dos altos níveis do *spread* no país. Por isso, no início de abril, os bancos públicos federais, Banco do Brasil e Caixa Econômica, anunciaram a redução da taxa de juros de várias modalidades de créditos e, com isso, reforçaram a política do governo de pressionar o Sistema Financeiro Nacional para a redução do *spread* bancário. A medida vem causando efeito positivo combate ao elevado custo do dinheiro no país. Apesar da resistência dos bancos no início, já se percebe movimentos à ação do governo, com as transferências de esforços das instituições privadas a obtenção de maiores lucros com ganhos de escala, delatando a possibilidade de redução do *spread*.

Conclui-se então, que apesar das medidas que vem sendo tomados pelos órgãos reguladores para a redução altos níveis do *spread* no país, quase que nenhum esforço das instituições para a redução. A busca de lucros das instituições bancárias se faz superior a qualquer busca por uma maior oferta de crédito e possível melhora de índices apontados como determinantes para o alto custo do dinheiro no país. Não se percebe, por parte dos bancos, nenhum esforço para melhora da qualidade do sistema de crédito no Brasil o que por sua vez prejudica a o nível de oferta de crédito no país, prejudicando por sua vez o crescimento econômico do país.



## REFERÊNCIAS

Afonso, José Roberto *et al.* **Evolução e determinantes do spread bancário no Brasil**. Textos para Discussão, 2009. Disponível em:  
< [http://www.senado.gov.br/conleg/textos\\_discussao.htm](http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm)>

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Juros e Spread Bancário no Brasil - 1999**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Bancária e Crédito -2001. Avaliação de dois anos do projeto de Juros e Spread Bancário**. Disponível em:  
<<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>.

\_\_\_\_\_. **Fatores de Risco e o Spread Bancário no Brasil – 2006**. Disponível em:  
<<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Bancária e Crédito -2009**. Disponível em:  
<<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Bancária e Crédito -2010**. Disponível em:  
<<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>.

\_\_\_\_\_. **Determinantes do spread Bancário Ex Post no Mercado Brasileiro – 2011**; Textos para Discussão Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>.

\_\_\_\_\_. **Juros e Spread Bancário - 2012**. Disponível em:  
<<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>.

Bittencourt, Angela. **O peso da inadimplência no spread**. Artigo publicado na revista Valor Econômico em maio de 2005.

CARVALHO, Fernando J. Cardim *et al.* **Economia monetária e financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

DIEESE, **Spread e juros bancário - 2012**. Nota técnica: Disponível em:  
<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec109Spread.pdf>

HILLBRECHT, Ronald Otto. **Economia monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

ICHIKAVA, Eduardo. **Uma análise empírica da relação entre spread e risco**. Artigo publicado em dezembro de 2011 na Revista do BNDES.

LEAL, Rodrigo Mendes. Estrutura e determinantes do *spread* bancário no Brasil após 1994: uma análise da literatura empírica. **Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. São Paulo: Atlas, 2005.

Manhiça, Félix António. **O nível da taxa básica de juros e o spread bancário no Brasil: Uma análise de dados em painel**. Texto para discussão 2012

MISHKIN, Frederic Stanley. **Moedas, bancos e mercados financeiros**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2000.

NAKANE, M. I. **Concorrência e spread bancário: uma revisão da evidência para o Brasil**. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil. Avaliação de 4 anos do projeto. 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>

OREIRO, José Luiz *et al.* Determinantes Macroeconômicos do *spread* bancário no Brasil: teoria e evidencia recente. **Economia Aplicada**. São Paulo, v. 10, n. 4, p. 609-634, outubro/dezembro 2006.

OREIRO, José Luiz *et AL.* **Instabilidade macroeconômica e rigidez do spread bancário no Brasil: avaliação empírica e proposição de política**. artigo que se faz uma versão resumida do trabalho intitulado: “Comportamento do spread bancário no Brasil: uma avaliação empírica recente” dos mesmos autores, o qual deverá ser publicado no livro “Eficiência microeconômica e funcionalidade macroeconômica do sistema bancário brasileiro”, organizado por Luiz Fernando de Paula e José Luís Oreiro.

ORÉFICE, Ricardo Augusto Floret. **RENEGOCIAÇÃO DE CRÉDITOS INADIMPLENTES: O comportamento do cliente perante o processo de cobrança**: Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, para obtenção do título de Mestre em Administração.

PAULA, Luiz Fernando de; LEAL, Rodrigo Mendes. Custos do Crédito no Brasil: uma avaliação recente. **Indicadores econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 91-102, setembro 2006.

SOIHET, Elena; COUTINHO, Raquel Dourado. **Spread bancário brasileiro: evolução, determinantes e decomposição contábil (1994-2008)**. Artigo apresentado na IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2011. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/62.pdf>>.

TROSTER,R.L. (1993) "**A abordagem dos estoques e a política monetária**" FIFE-USP: Texto para Discussão Interna N02/93; também apresentado no Encontro Regional da Sociedade Brasileira de Econometria, em outubro de 1993, em São Paulo.

TROSTER,R. L. FEBRABAN – *Spread Bancário do Brasil* (2003). Disponível em:<<http://www.febraban.org.br/arquivo>> Acesso 8 de Novembro/2012.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **A estimativa do Risco da Constituição da PDD** – Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. São Paulo, 2001